



História e propedêutica: o princípio da pedagogia divina e a interpretação cristã da história¹

Edmilson Menezes²

History and propaedeutic: the
principle of divine pedagogy and
the Christian interpretation of
history

Resumo:

O trabalho busca analisar o princípio da pedagogia divina como um dos elementos principais da interpretação teológica da história assumida pelo Cristianismo. Ressalta-se o princípio como propedêutica, como preparação.

Palavras-chave: História, Pedagogia Divina, Interpretação teológica da história

Abstract:

The paper analyzes the principle of divine pedagogy as one of the main elements of the theological interpretation of history assumed by Christianity. It emphasizes the principle as propaedeutic, as preparation.

Keywords : History, Divine Pedagogy, theological interpretation of history

69



- 1 O artigo é dedicado ao Prof. Dr. Luciano José Cabral Duarte, Professor Emérito da UFS e Decano dos filósofos sergipanos, a quem tive a honra de substituir no Departamento de Filosofia, em 1992, por ocasião de sua aposentadoria.
- 2 Professor Associado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe. Bolsista Produtividade do CNPq.





A relação de Deus à história é considerada como uma característica específica da experiência de Deus e da teologia cristã: “Hujus religionis sectandae caput est historia”³. Com efeito, a salvação a nós ofertada por Deus é uma salvação do homem; porque o gênero humano vive e se desenvolve no tempo, a exposição de seu resgate, por consequência, assumirá a forma histórica. O cristão interessa-se pela história⁴, pois Deus nela revela-se, nela age: graças às grandes ações pelas quais Deus dirige a história de seu povo, nós sabemos quem é Ele. A história que segue seu curso torna-se o espaço da ação da providência salvífica de Deus e, consequentemente, o espaço da história – estruturado pela economia de salvação – amplia-se. Assim, a Encarnação do Verbo faz-se plenitude e *centro do tempo*, precedido de um tempo de preparação e seguido de um tempo da Igreja. A história é, para o cristão, aprendizado.

70



A idéia que a história representa um manancial educativo remete suas origens à historiografia greco-romana. Políbio considera a história em analogia à natureza. Ele se interroga sobre as causas dos processos históricos, mas não procura neles uma significação, embora busque escrever uma história uniforme do mundo. “Assim, foi ele que preparou, até certo ponto, o caminho para a historiografia cristã mundial ulterior.”⁵ O ponto em direção ao qual se dirigia a história que o precedera era o império romano: “Qual homem no mundo seria tão estúpido ou frívolo para não querer conhecer como e por qual modo de governar quase todo o mundo habitado, conquistado em menos de cinquenta e três anos, esteve sob uma única autoridade, aquela de Roma?”⁶ Sua historiografia se diz pragmática porque essencialmente política; ela se reivindica também útil, e a historiografia é necessária, pois ela é o pedagogo do homem político⁷: “Se os historiadores que escreveram antes de mim omitiram-se de fazer o elogio da história propriamente dita, talvez seja necessário recomendar a todos a escolha e o estudo desse tipo de obra, pois não há lição mais apta à instrução dos homens do que o conhecimento das coisas passadas.” O louvor nasce da constatação: “a escola e o aprendizado mais verdadeiro da ação política é o saber retirado da história.”⁸ Do que se deve concluir: “a melhor educação para as realidades da vida

3 (“Nesta religião, o ponto essencial a admitir é a história”). AGOSTINHO. *De Vera Religione*, VII, 13. In: *Opera Omnia* (Patrologiae Latinae, 34) Paris: J-P Migne, 1841.

4 “Porro ut mihi necessaria, sic etiam utilissima hujus argumenti tractatio omnibus, ut spero, antiquitatis cognoscendae studiosis videbitur”. EUSÉBIO DE CESARÉIA. *Historiae Ecclesiasticae*, I,1,5. In: *Opera Omnia* (Patrologiae Graecae, 20). Paris: J-P Migne, 1857.

5 BULTMANN, R. *Histoire et eschatologie*. Trad. de R. Brandt. Neuchâtel: Delachaux & Niestlé, 1959, p. 28.

6 POLÍBIO. *Histoires* (I, 1,5). Trad. de P. Pédech. Paris: Les Belles Lettres, 1989. (Edição Bilingue).

7 expressão é de BULTMANN, R. Op. cit., p. 28.

8 POLÍBIO. *Histoires* (I, 1,2).



é a experiência colhida na história política.”⁹ Tito Lívio também concebe a história a partir de um princípio educativo, em particular, concebido como esteio para a conservação da lembrança das ações nobres: “A principal e mais salutar vantagem da história é expor diante de vossos olhos, num quadro luminoso, os ensinamentos de toda ordem que parece vos dizer: Eis o que deves fazer em vista do teu interesse e daquele da república, eis o que deves evitar (...).”¹⁰

Essa educação, pensada a partir de uma concepção ética do homem, visa, em primeiro lugar, um controle de si e um senso de justiça; cultivados, esses dois princípios evitam o mal e constroem a virtude; negligenciados, eles implicam uma desarmonia entre a própria natureza humana e o cosmos. Contudo, comportando-se dessa última forma, o homem não comete um mal positivo, isto é, ativo, objetivo, mas um erro que pode ser suplantado pela educação. A possibilidade de recolocar-se em harmonia consigo e com a natureza insere-se, dessa forma, num âmbito de uma história que pode, recolhidas as instruções que interessam, a todo o momento, servir-nos de pedagogo. História e educação convergem e formam uma espécie de ciência cujo controle recai sobre o humano enquanto seu agente e usufrutuário maior. À convergência, atrela-se um valor invariável que é o equilíbrio, sempre sob ameaça e, por isso, sempre alvo de cautela, da vida política: o homem se educa para a vida ética e política, instruindo-se com o objetivo de manter o fiel entre o que é da república e o que é do interesse próprio. O conhecimento das coisas passadas mostrará aos homens onde e como os seus antecessores falharam na construção harmoniosa da vida da polis. Estamos diante de uma concepção pragmática que se situa longe da transcendência e aproxima-se, por seu turno de uma aprendizagem direcionada e humanista¹¹.

Na tradição bíblica, a concepção de educação é totalmente diferente. O pedagogo, ou seja, o mote educativo, não é a história, porém o que está fora dela porque, para o homem, a base ética requererá muito mais do que a experiência vivida e julgada do passado - com a qual se aprende. A historiografia israelita não era uma ciência no sentido grego do termo. Ela não procurava conhecer as potências imanentes reveladas no transcurso da história, mas a intenção e o plano de Deus que, como criador, é também o mestre da história e a conduz para um fim. Disto resulta uma idéia de organização da história. “A história em seu conjunto é articulada em períodos e em épocas (...) e cada uma possui sua importância para a estrutura total. A significação da história repousa sobre a educação divina

9 POLÍBIO. *Histoires* (I, 35,9).

10 TITO LÍVIO. *Histoire Romaine* (Préface). Trad. de G. Baillet. Paris: Les Belles Lettres, 1991. (Edição Bilingue).

11 Sobre a formação humanista na educação antiga, ver: MARROU, H-I. *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité* (Tome I – Le monde grec; Tome II – Le monde romain). Paris: Seuil, 1948.



ou sobre a marcha em direção a seu alvo.”¹² Se o hebreu se interessa pelo conhecimento, esse é um conhecimento de si, e o historiador convoca seu país a tal noção ao lhe recordar as ações de Deus e como Ele conduz *seu povo*. Ao mesmo tempo, há um apelo para que o povo assuma suas responsabilidades face ao futuro, pois o porvir lhe trará prosperidade ou destruição, a graça divina ou a merecida pena. Assim, a historiografia hebreia não é um meio de educação para a vida política, mas uma predicação dirigida ao povo *escolhido*. Considerar o passado significa, à vista disso, examinar como os desígnios de Deus se cumpriram, deles retirando as lições da mesma forma que um filho aprende com os feitos de seu pai.

A inscrição deuteronomina caracterizou desta maneira o comportamento de Deus, liberando e constituindo seu povo: “Compreendas, portanto, que Jahveh, teu Deus, te corrigiu como um pai corrige seu filho.”¹³ A exortação do livro de Oséias, de forma análoga, faz apelo à figura paternal e educativa para falar de Israel: “Quando Israel era uma criança eu o amei (...) Aos de Efraim eu ensinei a andar, segurando-lhes os braços (...) eu os conduzi com laços de amor (...) e me inclinei para dar-lhes de comer.”¹⁴ O amor de Deus para com o seu povo traduz-se num amor que educa e corrige, num amor que prepara um modo de bem se conduzir, amor anunciado pela revelação primeira, aquela que destacou na história a grande nação: “Eis o que falou Jahveh: Meu filho primogênito é Israel.”¹⁵ As lições de Jahveh a seu povo são os signos efetivados no Egito, as maravilhas mostradas nas paisagens, enfim, toda a grande obra da libertação. Israel deve, pois, refletir sobre as provações experimentadas durante a marcha no deserto. Ele sentiu de perto a fome para compreender que o homem não vive somente de pão, mas daquilo que sai da boca de Jahveh. Por meio dessa prova de dependência cotidiana, Israel deveria aprender a reconhecer a solicitude de Jahveh, seu pai: “O Senhor teu Deus te guiou pelo deserto estes quarenta anos, para te humilhar, e te provar, para saber o que estava no teu coração, se conservarias os seus mandamentos, ou não. E te humilhou e te deixou com fome, e te sustentou com maná, que tu não conheceste, nem teus pais o conheceram; para te dar a entender que o homem não viverá só de pão, mas de tudo que sai da boca do Senhor. Nunca se envelheceu a tua roupa, nem se incharam os teus pés nestes quarenta anos.”¹⁶ Por essas duras provas, o povo de Israel estava destinado a revelar *a mais recôndito de seu coração* e a instalar um diálogo com Jahveh. Ao lado disso, foi lhe dado outro instrumento para a sua

12 BULTMANN, R. Op. cit., p. 31.

13 Deuteronomio 8, 5.

14 Oséias 11, 1-4.

15 Êxodo 4, 22.

16 Deuteronomio 8, 2-4.

educação: A Lei. “Do céu, Ele te fez entender sua voz para ti instruir.”¹⁷ Ela servirá de instrumento para a expressão dos mandamentos objetivos da vontade divina e, do mesmo modo, para a comprovação do seu amor para os eleitos. Tomada literalmente, a Torah, com suas promessas carnis e suas ameaças terrenas, serviu de freio aos judeus, do qual Deus tinha necessidade para estabelecer o milagre subsistente das profecias realizadas. Ela era um fardo pesado. Se os santos observavam a Lei, era com o intuito de que o povo observasse também. Mas, ao mesmo tempo, por causa da multiplicidade, da minúcia e das exigências de seus preceitos, a Lei, que pouco se cumpria, propunha ao homem o reconhecimento de sua impotência e o convite à humildade. A Torah tornou-se um *pedagogo*. Como bom educador, Jahveh promete retribuir a observação da Lei, todavia, esse povo escolhido é também o povo que desguia-se: “Porque o meu povo é inclinado a desviar-se de mim, ainda que clamem ao Altíssimo, nenhum deles o exalta”¹⁸ De fato, o povo de Israel longe de descobrir sua fraqueza, se glorificava de suas práticas legais e pretendia-se justo e salvo.

Deus, segundo a narrativa bíblica, amplia seus planos educativos e envia o *exemplo vivo*: se a Lei apontava e prescrevia o ensinamento, a vinda do Cristo consubstancia o mandamento divino e torna-se ação efetiva, ele é o próprio ensinamento. “Antes da vinda da fé, nós estávamos custodiados sob a guarda da Lei, reservados para a fé que deveria se revelar. Deste modo, a Lei nos serviu de pedagogo até o Cristo, para que obtivéssemos nossa justificação pela fé. Mas, a fé veio, nós não estamos mais sob um pedagogo, pois sois todos vós filhos de Deus pela fé em Jesus Cristo.”¹⁹ Era preciso que certas coisas fossem anunciadas pelos patriarcas, segundo o modo dos patriarcas; que outras fossem prefiguradas pelos profetas, segundo o modo da Lei; e que outras recebessem uma forma correspondente à sua conformação segundo o Cristo. Patriarcas e profetas, sob o influxo divino, agiram como pedagogos, como preparadores de um campo a ser disposto para receber as sementes da Verdade vindoura, agora, de forma a espargir-se sobre todos, embora nem todos aceitassem essa verdade; “É por essa razão que os escribas e os Fariseus, que haviam começado desde os tempos da Lei a desprezar Deus, também não receberam seu Verbo, quer dizer, não creram no Cristo. (...) Ao contrário, aqueles que temiam a Deus e reverenciavam sua Lei acorreram ao Cristo e foram todos salvos. (...) Não coloquemos sob a responsabilidade da Lei a incredulidade de certo número. A Lei não lhes impedia de crer no Filho

17 Deuteronômio 4, 36.

18 Oséias 11, 7.

19 “Prius autem quam veniret fides, sub lege custodiebamur conclusi in eam fidem, quae revelanda erat. Itaque lex paedagogus noster fuit in Christum, ut ex fide iustificemur; at ubi venit fides, iam non sumus sub paedagogo. Omnes enim filii Dei estis per fidem in Christo Iesu”. Gálatas, 3, 23-27.



de Deus; ela, na verdade, a Ele os atirava, ao dizer que os homens não poderiam ser salvos da antiga ferida da serpente se não cressem naquele que, elevado da terra sob o madeiro do calvário segundo a semelhança da carne do pecado, atrai tudo para si e vivifica os mortos.”²⁰ As palavras de Irineu traduzem uma perspectiva que esteve, antes dele, muito presente e permitia supor que cada vez mais claramente as nações foram implicadas no agir de Deus, quer dizer, foram contempladas no seu plano. Cada vez mais, Jahveh fazia valer sua vontade salvífica não somente a Israel, mas, na condição de verdadeiro Rei, estendia seu reino sobre toda a terra: “E o Senhor será rei sobre toda a terra, naquele dia um será o Senhor, e um será o seu nome.”²¹ Também, nitidamente, se percebia a promessa de uma salvação universal, de um reino de paz que a tudo abarca, excedendo todas as possibilidades de realização histórica e que o plano de Jahveh vai mais além das vicissitudes dos acontecimentos no mundo.²²

A tradição profética considera a história como espaço de realização da vontade santa e justa de Deus. Mas ela também O apresenta como o Criador, que, como o Senhor da Criação, não se deixa cair em disputa com os usurpadores de sua propriedade, porém dela será o Rei. Contudo, a mensagem profética, segundo a qual Jahveh imporá seu direito de propriedade – direito à vida dos pobres e pequenos – contra seus desfrutadores ilícitos, coincidirá cada vez menos com a realidade histórica. A história perdia a transparência que permitia ver Jahveh agir como o educador de seu povo, e parecia dominada pelo mal, pelo pecado, que se via fluir inelutavelmente. A Boa Nova permitirá, então, reascender o crédito de uma história reconduzida pelas mãos divinas ao atestar a chegada do reino de Deus: *Si autem ego in Spiritu Dei ejicio daemones, igitur pervenit in vos regnum Dei*²³. O testemunho crístico é a âncora para que se firme a continuidade da promessa e visibilidade do Reino; mas, a morte do Filho de Deus e sua Ascensão levam, também, aquela transparência vivida e atestada e reconduz ao problema da descontinuidade entre o plano e a promessa. No entanto, como a predicação e o exemplo do Cristo foram marcados por um elevado senso de *Libertação*, que começara naquele momento, pode-se afirmar uma salvação escatológica – fundadora de um outro reino, um reino intermediário entre o momento da instauração do Reino com a vinda do Cristo e o momento de sua volta gloriosa. Reencontramos a continuidade entre o plano e a promessa. *Oportet autem illum*

20 IRINEU DE LYON. *Contre les Hérésies* (IV, 2, 7). Trad. de A. Rousseau. Paris: Éditions du Cerf, 1965. (Edição Trilingue). (Collection Sources Chrétiennes).

21 Zacarias 14,9.

22 Cf. WERBICK, J. “Histoire/Action de Dieu”. In: EICHER, Peter. *Nouveau Dictionnaire de Théologie*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1996.

23 Evangelho segundo Mateus 12,28 (Se é pelo espírito de Deus que eu expulso os demônios, é que o Reino de Deus chegou para vós).





*regnare donec ponat omnes inimicos sub pedibus ejus. Novissima autem inimica destruetur mors.*²⁴

A demora na instalação definitiva do Reino sob o Cristo Glorioso conduziu a teologia do cristianismo primitivo a salvaguardar o significado do tempo intermediário, que se prolongava, pelo recurso a uma necessidade divina atinente à esfera da “história da salvação”. Segundo Werbick²⁵, os teólogos da antiguidade perceberam a história do período precedente e aquela que se segue como determinadas pela ação pedagógica providencial de Deus, respectivamente como *praeparatio* e como o tempo no qual a ação salvífica de Deus se faz reconhecer entre as nações. A humanidade, prisioneira dos desejos, deveria dispor, primeiramente, da experiência de que ela não pode salvar-se por meio de seus próprios méritos e forças e que, por isso mesmo, depende de um *Redentor*. Desse modo, a teologia do Ocidente concebeu globalmente a história como história de uma educação regulada, em todos os seus detalhes, pela providência divina: como Deus “quis” a liberdade do homem, Ele só pode agir sobre a liberdade humana por meio da *educação*, ganhar o homem, progressivamente, sob um longo período de tempo, durante gerações inteiras, e não sem infortúnio, para divinizá-lo.²⁶ Eusébio de Cesareia²⁷ compreende a história, em seus diferentes domínios, como o processo de restauração da natureza humana decaída, como história da ação pela qual Deus se revela ao homem, o educa (e corrige), ação sabiamente adaptada ao desenvolvimento da humanidade. Talvez um dos modelos mais fecundos dessa tradição seja aquele fornecido por Clemente de Alexandria.

O pensador cristão escolhe um título engenhoso para traduzir, numa obra prima do cristianismo, a formação moral convergindo para uma etapa superior, a contemplação: *O Pedagogo*. O grego π ou o latim *paedagogus* designava, no início, o escravo ou o servidor que se encarregava da criança dos sete aos dezoito anos. Ele a conduzia à escola, protegia-a contra os perigos da exposição à rua. Também supervisionava igualmente a criança ao lhe ensinar os bons modos, forjar seu caráter e resguardar a moral. Clemente distinguirá, de modo preciso, o pedagogo do mestre (*Didascale*) : este será encarregado da instrução e estará sujeito a uma série de interferências filosóficas, retóricas e científicas, ele se encarrega do manejo intelectual técnico; aquele, ao contrário, assume as funções de uma espécie de *governante*, cuja jurisdição atinha-se àquele jovem espe-

24 I Epistola aos Coríntios 15, 25-26 (Pois é preciso que reine até que tenha colocado todos os inimigos sob seus pés. O último inimigo a ser aniquilado é a morte).

25 WERBICK, J. Op. cit.

26 Ver ORIGENES. *Commentariorum in epistolam B. Pauli ad Romanos*, VIII, 12. In: *Opera Omnia* (Patrologiae Graecae, 14). Paris: J-P Migne, 1857.

27 “Christi doctrinam utpote totius sapientiae ac virtutis apicem, nondum capere poterat priscorum hominum vita”. EUSÉBIO DE CESARÉIA. *Historia Ecclesiae*, I, 2, 17. Ed. cit.





cífico e à sua conduta. Em sua origem desprezado por sua condição servil e sua ascendência, amiúde, bárbara²⁸, o pedagogo havia visto, com o curso dos séculos, sua consideração aumentar na mesma proporção que a de seu papel: sob o império romano, a *paedagogorum custodia* constitui, ao lado da ação dos pais e mestres, um dos elementos indispensáveis da educação. Ajudando a criança a fazer seus deveres ou a aprender suas lições, ele é o *studiorum exactor*; mas, sobre o plano da instrução propriamente dita, seu papel permanece subordinado àquele do mestre qualificado. Em compensação, a ele cabe o essencial da função de educador sobre o plano moral, devido à pouca confiança que a sociedade antiga depositava, quanto a esse ponto, na escola e no seu mestre.²⁹ Com efeito, é para esse aspecto que Clemente de Alexandria remeterá a figura do pedagogo.

76



O que de imediato nos chama a atenção é o fato do autor continuar utilizando, a propósito da formação dos cristãos, o título de Pedagogo para o Verbo, mesmo depois do que expõe a Epístola aos Gálatas. Sua indiferença às sugestões que poderiam lhe fornecer as fontes cristãs, leva-nos a crer, com Marrou³⁰, que a inspiração para a preferência pela figura do pedagogo vem de outros mananciais, que passam, por exemplo, pela literatura, pela filosofia e pelo helenismo clássico. Com isso, Clemente de Alexandria pode elaborar uma doutrina da educação progressiva da humanidade a partir, sobretudo, de uma unidade da história que não está explicitamente nas páginas da Bíblia, mas na interpretação subsequente, como a de Santo Irineu³¹: o estado atual dos homens é o resultado de uma longa preparação³², que se estende por ação do Verbo. Desse modo, o pedagogo é aquele que quer educar e não ensinar: “ele visa a tornar a alma melhor; não quer instruí-la, mas mostrar-lhe o caminho da sabedoria e não aquele da ciência.”³³ Entretanto, “o Verbo quer também ensinar, mas

28 Quanto a isto, é exemplar a descrição que faz Platão: “Assim falando, havia eu a intenção de provocar o debate entre alguns dos ouvintes mais velhos. Mas, nesse momento, como divindades malfazejas, intervieram os pedagogos, aquele de Lisias e aquele de Menexenes, trazendo consigo os irmãos dos dois jovens: eles os chamam e ordenam a sua volta, pois se fazia tarde. Nós tentamos, de início, com os assistentes, afastar os inoportunos. Porém, sem nenhuma deferência às nossas observações, colericamente nos insultaram em seu péssimo grego e de novo chamaram os jovens. Eles haviam bebido nos festins em louvor a Hermes e não pareciam encontrar-se em condições de escutar-nos. Cedemos, ao fim, e interrompemos a conversação.” PLATÃO. *Lysis* (223 a,b). Trad. de A. Croiset. Paris: Les Belles Lettres, 1972. (Edição Bilingue).

29 Ver MARROU, H.-I. “Introduction”. In: CLÉMENT D’ALEXANDRIE. *Le Pédagogue*. Trad. de M. Harl. Paris: Les Éditions de Cerf, 1960, p.15. (Collection Sources Chrétiennes). Do mesmo autor, ver, também, *Histoire de l’éducation dans l’Antiquité* (T. I, Partie II, Chapitre V) Loc.cit.

30 Cf. MARROU, H.-I. “Introduction”. In: CLÉMENT D’ALEXANDRIE. *Le Pédagogue*, p.18.

31 Ver IRINEU DE LYON. Op. cit.

32 CLEMENTE DE ALEXANDRIA. *Pedagogus* I, 67, 1. In: *Opera Omnia* (Patrologiae Graecae, 8). Paris: J-P Migne, 1857.

33 Id. *ibid.*, I, 1,4.





não de imediato. Quando ele esclarece ou revela os pontos da doutrina, ele ensina. O Pedagogo, que se ocupa da vida prática, nos exortou, primeiramente, a estabelecer para nós próprios uma boa vida moral; agora, ainda nos convida a cumprir nosso dever: Ele edita os preceitos perfeitos e mostra às novas gerações o exemplo dos erros cometidos no passado.”³⁴ O pecado e o erro, inclusos na história, são a ocasião para intervir a ação pedagógica da providência que deles se serve para nos educar. A falta cometida é colocada em evidência, como nos dá testemunho as profecias, para nos lembrar a condição mais notável da passagem humana na história. “A profecia tem por objeto a obediência e a desobediência, a fim de que nós sejamos salvos por uma, e educados pela outra.”³⁵

A iniquidade, marca indelével do passado, confere à história o seu caráter pedagógico, pois, pelo que foi feito, *avalio* as possibilidades futuras, *posso* melhor entender os ensinamentos e *pôr-me* do lado da obediência e da salvação. É como se um horizonte novo se abrisse para o homem e para o tempo. Liberado dos modos que provinham do primeiro Adão, da queda, do pecado e da expiação da cruz, o tempo da criatura abre-se, assim, à esperança: “É preciso que Ele seja o maior e dissemine sobre tudo (...), e isso não somente neste mundo, mas da mesma forma no mundo futuro, a fim de que Deus seja sempre aquele que ensina e o homem sempre aquele que é ensinado por Deus. O apóstolo não afirma que quando todo o resto tiver desaparecido, só estas três coisas permanecerão: a fé, a esperança e a caridade? Porque nossa fé em nosso Senhor permanece incessantemente inquebrantável, damos testemunho de que Ele é o único e verdadeiro Deus e o amamos sempre verdadeiramente, pois Ele é o único Pai; e afim de que esperemos, além disso, receber e aprender de Deus alguma coisa a mais, pois Ele é bom e possui uma riqueza inesgotável, um reino sem fim e uma ciência sem limites”³⁶

Segundo Agostinho, quando o povo recebe a Lei, ela vem revestida de uma série de prescrições, ao mesmo tempo em que se apresentavam recompensas visíveis. Ambas, prescrições e recompensas, vinham do alto e possuíam o intuito de instruir os homens. A Providência servia-se de tais recursos com vistas ao invisível.³⁷ É desse modo que se pode dizer que a Lei anuncia e prepara a vinda da Graça: de quatro estados diferentes, “o primeiro encontra-se antes da Lei, o segundo sob a Lei, o terceiro sob a Graça e o quarto na plenitude e perfeição da paz. É assim que o regime do povo de Deus foi ordenado através dos tempos, tal como aprovou a

34 Id. *ibid.*, I, 2,1.

35 Id. *ibid.*, II, 5,3.

36 IRINEU DE LYON. *Op.cit.*, (II, 28, 3).

37 AGOSTINHO. De Civitate Dei, X, 14. In: *Opera Omnia* (Patrologiae Latinae, 41). Paris: J-P Migne, 1841.



Deus.”³⁸ A maturação lenta dos desígnios divinos engendra uma Pedagogia que age na história, de modo a podermos assimilá-la ao processo de um homem que se educa com o passar do tempo: “O Gênero humano, concernido no povo de Deus, compara-se a um só homem: sua boa educação se faz no curso de etapas de tempo, à maneira do desenvolvimento das idades no indivíduo; de tal modo, nos elevamos das coisas temporais à inteligência das coisas eternas, e das visíveis às invisíveis.”³⁹

A vida terrestre é para a humanidade um tempo de formação; logo, ela ainda não está completamente formada. É o tempo no qual ela deve afirmar e conquistar sua plenitude espiritual em detrimento da carne e da matéria; é fato que, por conseguinte, ela não possui ainda sua realização de espírito. É o tempo de sua ascensão rumo a um fim, o que quer dizer que ela ainda não manifesta a sua grandeza definitiva. Mas esta apreciação positiva do curso da história não faz desaparecer, frise-se, a certeza escatológica, e, dessa forma, a possibilidade de se pensar a história também como história mesclada, comparada aos versos do Salmista: “Eu vi”, diz ele, “na mão de Deus, um cálice cheio de três licores. *Calix in manu Domini vini meri plenus mixto*.” Há, primeiramente, o vinho puro, *vini meri*; em segundo lugar, o vinho misturado, *plenus mixto*; enfim, há a lia, *verumtamen faex ejus non est exinanita*⁴⁰. A distinção dos bens e dos males e o equilíbrio de sua repartição obedecem a um lógica invisível, cujo vetor é fornecido pela divina providência, que “tira proveito de todas as categorias de homens e de situações para curar as almas e educar o povo espiritual”.⁴¹ Sem uma idéia de pedagogia divina não haveria como descortinar um motivo plausível para a interferência providencial, sem cair no absoluto do mistério. A história ganha, com ela, uma interpretação coerente a um plano salvífico, que se torna, também, educativo e permite a estruturação da teologia da história não só como uma guardiã do mistério, porém, do mesmo modo, como possibilidade explicativa do rumo tomado pela humanidade educável. Definitivamente, o tempo não aparece como portador necessário de valores tão somente positivos: tudo aparece nele enleado, pois se trata de tempo de vida e tempo de morte. A pedagogia e a história possuem como serviço a frutífera, e não por isso simples, capacidade de nos lembrar esse aspecto ontológico que se associa ao tempo em seguida ao pecado. Nada depois da queda apresenta-se sem *mistu-*

38 AGOSTINHO. Enchiridion, sive de Fide, Spe et Charitate, CXVIII. In: *Opera Omnia* (Patrologiae Latinae, 40). Paris: J-P Migne, 1857.

39 “Sicut autem unius hominis, ita humani generis, quod ad Dei populum pertinet, recta eruditio per quosdam articulos temporum tamquam aetatum profecit accessibus, ut a temporalibus ad aeterna capienda et a visibilibus ad invisibilia surgeretur.” AGOSTINHO. De Civitate Dei, X, 14.

40 Salmo LXXIV, 9.

41 AGOSTINHO. De Vera Religione, VII, 11. (Ita omnibus generibus hominum et exemplorum ad animarum curationem, et ad institutionem spiritualis populi, utitur divina providentia).

ra. Mas, como educar a humanidade na ambigüidade do tempo? Ou seja, como educar na variação, na qual tudo muda e degenera?

Mesmo o bispo de Hipona colocará limites à idéia de uma pedagogia divina. O conhecimento da Lei não tornou os judeus melhores, ela simplesmente, como tudo que está no Velho Testamento, prepara a vinda do Cristo. Como observa Sellier, a Lei tornou-se um pedagogo, mas é importante perceber o quanto esse termo nos coloca longe de uma progressão histórica da santidade no povo de Deus. Essa pedagogia somente conduziu a alguns santos, não numerosos. Tais santos, que a graça iluminou, não só compreenderam que a Torah era um freio para um povo tão apegado à carne e um guia, logo depois tornado inútil para ele, como também descobriram um terceiro aspecto - o mais importante no plano de Deus: toda a antiga Aliança anunciada, prefigurava a nova.⁴² Assim, o que Clemete e Irineu entenderam como um exemplo a ser estendido para a história da salvação, isto é, uma história progressivamente educativa, não encontra inteiro respaldo no Doutor de Hipona: não há muito a fazer depois da queda. “Depois da queda de Adão e sua expulsão do Paraíso, os dias foram sempre maus. Perguntemos a estas crianças recém-nascidas porque sua primeira aparição é de choro – eles, que bem poderiam rir.”⁴³ A queda será sempre o limite a ser enfrentado na história, ela torna o homem refratário ao ensinamento e não permite aguardar mais do que “dias maus”. Essa indelével constatação serve também para o povo eleito sob o pedagogo, o que nos leva a acreditar que a pedagogia divina tenha apenas o caráter *propedêutico*, preparatório, e nada podemos ansiar a mais do que isto.

42 SELLIER, Philippe. *Pascal et saint Augustin*. Paris: Albin Michel, 1970, p. 443.

43 “Ex quo enim lapsus est Adam, et de paradiso expulsus, nunquam fuerunt dies nisi mali. Istos pueros qui nascuntur, interrogemus, quare a ploratu incipiant, qui et ridere possunt.” AGOSTINHO. *Sermones de Scripturis* (Sermon 167). In: *Opera Omnia* (Patrologiae Latinae, 38). Paris: J-P Migne, 1841.